



RELATÓRIO de ACTIVIDADES

Assembleia Geral de 28 de Junho de 2020

1. NOTA INTRODUTÓRIA

De acordo com a alínea b) do Artigo 29 dos Estatutos a Direção submete à apreciação da Assembleia Geral e respetiva aprovação o Relatório Anual de Atividades e Contas 2019.

Lista dos Órgãos Sociais em vigor para o mandato 2018/2022

Mesa da Assembleia-geral

Presidente: José Correia, sócio nº.075,

Primeira Secretária: Maria Berta Gonçalves, sócia nº 327,

Segundo Secretário: Octávio Santos Pereira Perluxo, sócio nº. 058,

Direção

Presidente: Maria da Guia Pereira de Matos, sócia nº. 221,

Vice-Presidente: Manuel Inácio Pereira, sócio nº. 269,

Secretária: Susana Maria da Rocha Santos, sócia nº. 292,

Tesoureira: Maria Filomena Santos, sócia nº. 136,

Vogal: Maria de Lourdes Pereira Calçada, sócia, nº. 26,

Primeiro Suplente: João Veiga, sócio nº. 369,

Segundo Suplente: Jaime Vicente, sócio nº. 016,

Terceiro Suplente: Maria Clara Patrício, sócia nº. 359,

Quarto Suplente: Goretti Rasteiro, sócia nº. 368,

Quinto Suplente: Fernando Marques do Nascimento, sócio nº. 252,

Conselho Fiscal

Presidente: Romão Lino Correia, sócio nº. 027,

Vice – Presidente: José Luís Alves, sócio nº. 042,

Vogal: Jorge Manuel Rodrigues, sócio nº. 133,

Primeiro Suplente: Gilberto Anunciação, sócio nº. 360,

Segundo Suplente: Acácio dos Santos Vicente, sócio nº. 007,

Terceiro Suplente: Rui Fernando Matos Pereira, sócio nº. 283,

Comissão de Apoio a esta Direção

1. Maria das Dores Matos Pereira, sócia n.º 289,
2. Maria do Rosário Leitão, sócia n.º 191,
3. Maria José Anunciação Calçada, sócia n.º 081,
4. Alzira Santos Costa C. Rasteiro, sócia n.º 343,
5. António José Pereira, sócio n.º 018,
6. Carlos José da Rocha Santos, sócio n.º 192,
7. Joaquim Santos Pereira, sócio n.º 014,
8. José Inácio Delgado, sócio n.º 334,

2. ACTIVIDADES

2.1 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS em 2019

Durante o ano de 2019, a Associação ZS – Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social desenvolveu inúmeras atividades, quer na área social, no recreio, no desporto e na cultura.

A obra do Centro de Dia e ATL está em curso, dentro dos objectivos esperados, neste contexto pretendemos realçar a importância do apoio prestado pela comunidade do Canadá, com a concretização anual de um jantar com o objetivo de recolher fundos para esta obra, jantar esse que tem vindo a ser realizado desde há 8 anos a esta parte, que muito esta Associação agradece assim como ambas as aldeias.

São vários os pedidos para a angariação de fundos para esta obra, que também ocorreu nas aldeias de Zambujeira e Serra.

Existem muitas outras iniciativas da Associação nas várias áreas, assim como o envolvimento dos associados e membros diretivos da Associação na dinamização desta Associação. De salientar que durante o ano 2019 mantiveram-se as atividades diárias e semanais relacionadas com a confeção das sopas, dos petiscos, dos pães caseiros a forno de lenha, dos bolos de festa, dos coscorões, folares, broas, entre outros.

De salientar também que durante o ano 2019, as equipas de Futsal e Atletismo participaram em inúmeros torneios da modalidade, possuindo cada uma delas um calendário próprio que nem sempre aqui é mencionado por ser demasiado extenso.

Desta forma, mencionamos as atividades da ZS, no decorrer do ano de 2019.

Janeiro

06 de Janeiro – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo animou o Dia de Reis na Associação ZS.

06 de Janeiro – A Equipa de Futsal da ZS jogou contra a Equipa do Sporting no Pavilhão da Casa do Povo em Lourinhã.

07 de Janeiro – Entrega das ofertas associadas à Campanha Uma Rifa = 1 Tijolo, construir um Centro de Dia por amor ao próximo.

13 de Janeiro – Campeonato Distrital de Lisboa Juniores C / Femininos no Pavilhão da Escola Secundária Romeu Correia em Feijó.

20 de Janeiro - A equipa de Atletismo da ZS participou no 27.º Troféu Municipal de Atletismo da Lourinhã, no 4.º Grande Prémio de Atletismo do Planalto das Cesaredas, que contou com mais de 130 atletas de 11 equipas participantes.

25 de Janeiro - Cerimónia de Homenagem ao “Resistente” Jacinto Correia pelas 15H00 em Mafra, convite enviado pelo Comandante da Escola das Armas, Brigadeiro-General

José da Silva Rodrigues. Estiveram a representar a Associação ZS o Sr. Lino Correia e o Sr. José Correia. Jacinto Correia um filho da Zambujeira, herói das invasões francesas, homenageado ontem em Mafra.

26 de Janeiro – Campeonato Distrital Feminino Futsal Juniores C no Pavilhão dos Arneiros onde a ZS ganhou por 4 a 0.

Fevereiro

03 de Fevereiro – A ZS participou em mais um jantar de encerramento da Sociedade do Euromilhões no Restaurante “Braga”. Mais uma aderência a um forte convívio entre associados e amigos.

16 de Fevereiro – Campeonato Distrital Feminino Futsal Juniores C no Pavilhão da Casa do Povo em Lourinhã onde a ZS jogou contra o Feijó e empataram a 2 – 2.

23 de Fevereiro – Sr. Fernando Nascimento, diretor do Departamento de Futsal foi homenageado na Categoria Carreira pela ADL – Associação para o Desenvolvimento Local.

24 de Fevereiro – A Equipa de Atletismo participou na 2ª Edição Trail dos Dinossauros na Praia Areia Branca. Por equipas a ZS ficou em 2º lugar no Trail Curto.

Março

02 de Março - Festa para Angariação de fundos realizada em Toronto, Canadá, para o Centro de Dia e ATL para Crianças em Serra do Calvo (Lourinhã)

03 de Março - Realizou-se nesta data a Festa de Aniversário dos 36 Anos da Associação Grupo Desportivo, Cultural e Recreativa de Zambujeira e Serra do Calvo.

10 de Março - A ZS organizou o 24ª Grande Prémio de Atletismo, no Complexo Desportivo Zambujeira e Serra, prova de Atletismo inserida no Troféu Municipal da Lourinhã.

17 de Março – Organização do 19º Grande prémio de BTT no Complexo Desportivo de Zambujeira e Serra do Calvo, prova inserida no Troféu Municipal da modalidade.

23 de Março – Organização de um Jantar convívio associado ao tema “Dia do Homem”, evento único na região e que tem tido forte adesão dos elementos masculinos.

23 de Março – Torneio Extraordinário da AFL Juniores C / Femininos no Pavilhão da Casa do Povo da Lourinhã onde participaram as Equipas ZS e Alenquer Real Club.

24 de Março – Assembleia Geral.

Abril

07 de Abril – Iniciou-se o 7º Campeonato Municipal de Matraquilhos na nossa Associação.

14 de Abril – Almoço com Javali, mais uma iniciativa para a Campanha de Angariação de Fundos “Construir um Centro de Dia por Amor ao próximo”.

24 a 28 de Abril – Expo Lourinhã 2019. A ZS esteve presente neste evento onde participou num stand com a venda de doces.

25 de Abril – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo atuou na Expo Lourinhã 2019.

28 de Abril - O Grupo de Cavaquinhos de Zambujeira e Serra do Calvo atuou na Expo Lourinhã 2019.

28 de Abril – Sorteio do Cabaz da Páscoa. Mais uma iniciativa para a Campanha de Angariação de Fundos “Construir um Centro de Dia por Amor ao próximo”.

Maio

04 e 05 de Maio – Grande Excursão da ZS a Tui, Valença do Minho, Bayona, La Guardia, Monte de Santa Tecla, Vila Nova de Cerveira e Caminha.

11 de Maio – Tarde Desportiva no Pavilhão da Casa do Povo da Lourinhã com ZS Infantis / Academia de Casa do Benfica em Torres Vedras, seguido do Torneio Extraordinário da AFL Juniores C / Femininos com as Equipas ZS / Alenquer Real Club.

18 de Maio – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra, atuou no Museu da Lourinhã, assinalando o Dia Internacional dos Museus

25 de Maio - Torneio Extraordinário da AFL Juniores C / Femininos com as Equipas ZS / Sporting, no Pavilhão da Casa do Povo em Lourinhã.

26 de Maio – Participação da Equipa ZS de Atletismo no Trail das Carpas em Maceira.

30 de Maio – A ZS celebrou o Dia da Espiga com um passeio pelos campos.

Junho

01 de Junho – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo atuou para as Suas Altezas Reais Dom Duarte e Dona Isabel de Bragança.

03 de Junho – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo participou na arruada da Feira Saloia na vila de Lourinhã.

08 de Junho – Grande Festa das Marchas Populares 2019 em Zambujeira, com a participação das seguintes Marchas convidadas:

- Marcha Popular da Abelheira

Atuações:

06 de Junho - Moledo
08 de Junho – Zambujeira
15 de Junho - Abelheira
16 de Junho – Santuário da Misericórdia
20 de Junho – São Bartolomeu dos Galegos
22 de Junho – Caldas da Rainha, S- Onofre
24 de Junho – Lourinhã
29 de Junho - Abelheira
30 de Junho – Bombarral

14 de Junho – A Equipa ZS de Futsal foi até Portalegre, a vila da fronteira, para participar num Torneio de Futsal com equipas de vários pontos do país.

22, 23 e 24 de Junho – Participação da ZS nas Tasquinhas da Lourinhã.

29 de Junho – Celebração do 15º Aniversário da ZS Futsal com jogo no Pavilhão da Casa do Povo da Lourinhã seguido de almoço no Restaurante “Bragas”.

30 de Junho – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo participou no Arraial Oitocentista do Bombarral.

Julho

07 de Julho - Almoço convívio das modalidades da Associação ZS no Salão da nossa Associação.

21 de Julho – Excursão ZS “Viagem do Conhecimento”.

Agosto

09 de Agosto – Assembleia Geral Extraordinária.

16 a 20 de Agosto – Organização da festa em Honra de N.S. das Dores, com a exploração de Restaurante no salão da Associação, assim como outros serviços no recinto de festa.

22 de Agosto – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo atuou na Praia da Areia Branca.

23 de Agosto – ZS foi palco de um espetáculo alegre, divertido e revisteiro “Ó Zé bate o Pé!” com um elenco de luxo: Luís Aleluia, Vítor Emanuel, Maria Tavares, entre outros.

Setembro

21 e 22 de Setembro – Excursão a Miranda do Douro, Cruzeiro pelo Douro Internacional, Bragança e Mirandela.

29 de Setembro – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo atuou na “Festa de Família” no Pavilhão Polidesportivo da Lourinhã.

Outubro

07 de Outubro – Iniciou-se mais um módulo da Ginástica Sénior.

Novembro

01, 02, e 03 de Novembro - Participação na 6º Edição do Festival da Abóbora da Freguesia de Lourinhã e Atalaia, no Pavilhão Multiusos da Atalaia.

02 de Novembro – Atuação do Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo e do Grupo de Cavaquinhos de Zambujeira e Serra do Calvo na 6º Edição do Festival da Abóbora da Freguesia de Lourinhã e Atalaia, no Pavilhão Multiusos da Atalaia.

02 de Novembro – 2ª Jornada do Campeonato de Futsal Juniores C Femininos do Distrital de Lisboa no Pavilhão da Casa do Povo em Lourinhã onde estiveram presentes as Equipas ZS e Os Vinhais.

09 de Novembro – 3ª Jornada do Campeonato de Futsal Juniores C Femininos do Distrital de Lisboa no Pavilhão da Escola Secundária Gama Barros onde estiveram presentes as Equipas ZS e Cacém.

24 de Novembro – 2º Festival da Batata Doce de Zambujeira e Serra do Calvo,

Dezembro

08 de Dezembro – A ZS deu lugar à 1ª Exposição “Presépios de Natal” da Zambujeira e Serra do Calvo.

08 de Dezembro – Festa em Honra de Nossa Senhora da Conceição em Serra do Calvo associada à campanha de angariação de fundos para o centro de dia e ATL para crianças em Zambujeira e Serra do Calvo.

08 de Dezembro – 7ª Jornada do Campeonato de Futsal Juniores C Femininos do Distrital de Lisboa no Pavilhão Casa do Povo na Lourinhã onde estiveram presentes as Equipas ZS e SCP.

15 de Dezembro – O Grupo de Cantares da Zambujeira e Serra do Calvo atuou na Aldeia Natal em Lourinhã.

15 de Dezembro – Assembleia Geral.

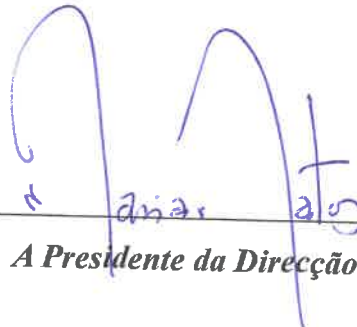
31 de Dezembro – Organização da Passagem de Ano no salão de Festas da nossa coletividade, contou com a presença de aproximadamente duas centenas de pessoas, animada com grupo musical.



3. PROPOSTAS

Assim, vem a Direcção da ZS - Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, propor à Assembleia Geral o seguinte:

1. Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2019.
2. Que seja aprovado um voto de agradecimento a todos quanto colaboraram nas Actividades Desportivas, Culturais, Recreativas e Sociais.
3. Que seja aprovado um voto de agradecimento a todos quanto colaboraram nas diversas actividades da cozinha.
4. Que seja aprovado um voto de agradecimento às funcionárias, assim como fornecedores e clientes.


A Presidente da Direcção



**ZS – GRUPO DESPORTIVO, CULTURAL,
RECREATIVO E SOCIAL DE
ZAMBUJEIRA E SERRA DO CALVO**

RELATÓRIO E CONTAS 2019

1. Introdução


A Prestação de Contas de 2019 foi elaborada segundo o Sistema de Normalização Contabilística, tendo por base as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para Associações sem fins lucrativos. Assim, a linguagem contabilística utilizada neste documento encontra-se em consonância com essa estrutura conceptual.

2. Balanço em 31 de Dezembro de 2019

3. Demonstração de Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2019

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2019

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		228 836,11	144 252,55
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		722,89	572,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		229 559,00	144 824,70
Activo corrente			
Inventários		2 360,68	2 705,61
Créditos a receber		611,58	330,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		994,84	1 679,47
Caixa e depósitos bancários		128 070,94	154 352,63
Estado e outros entes públicos		6 238,07	249,56
Outros ativos correntes		2 048,07	964,46
		140 324,18	160 282,33
Total do ativo		369 883,18	305 107,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		5 378,91	5 378,91
Resultados transitados		211 440,93	148 277,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		62 109,51	62 109,51
		278 929,35	215 765,42
Resultado líquido do período		50 060,99	63 163,93
Total dos fundos patrimoniais		328 990,34	278 929,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		23 082,11	13 932,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		15 425,18	12 165,87
Outros passivos correntes		2 385,55	78,91
		40 892,84	26 177,68
Total do passivo		40 892,84	26 177,68
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		369 883,18	305 107,03


 A Direcção

 Serrana M^a de Rocha Santos

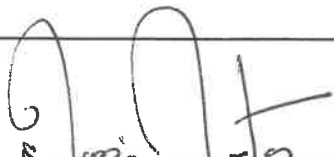
O responsável

ZS - Grupo Desp., Cult., Rec. Soc. Zambujeira S. Calvo
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 501424300

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		180.386,80	168.428,99
Subsídios, doações e legados à exploração		66.739,72	77.963,08
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		85.458,41	79.736,78
Fornecimentos e serviços externos		51.203,88	52.894,00
Gastos com o pessoal		36.134,39	29.596,35
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		166,27	675,00
Outros gastos		4.370,73	5.819,16
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		70.125,38	79.020,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		15.085,12	10.480,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55.040,26	68.540,30
Juros e rendimentos similares obtidos		23,32	23,32
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,66
Resultados antes de impostos		55.063,58	68.562,96
Imposto Estimado		5.002,59	5.399,03
Resultado líquido do período		50.060,99	63.163,93


 Suzana M.G. da Rocha Santos

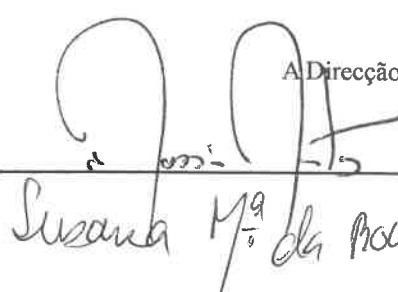
ZS - Grupo Desp., Cult., Rec. Soc. Zambujeira S. Calvo
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		254 643,32	286 845,17
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		211 746,12	252 350,65
Pagamentos ao pessoal		21 148,93	15 258,34
Caixa gerada pelas operações		21 748,27	19 236,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-20 058,22	-4 615,93
Outros recebimentos/pagamentos		-27 910,54	-59 163,14
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-26 220,49	-44 542,89
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-26 220,49	-44 542,89
Efeito das diferenças de câmbio		-150,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		154 352,63	210 844,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período		128 070,94	154 352,63

A Direcção

O Responsável


 Susana M.^a da Rocha Santos

5. Conclusão

As Contas que se apresentam, reflectem a evolução da ZS-Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo ao longo do ano 2019.

Para o Resultado Líquido positivo do Exercício de 2019 de 49.465,29€, propõe-se que o mesmo seja levado à Conta de Resultados Transitados.

Lourinhã, 26 de Junho de 2019

A Direcção




RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos da ZS – Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, vem o Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua acção fiscalizadora exercida relativa ao ano de 2019.

Desde a sua tomada de posse, que o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Associação, verificou a regularidade da sua documentação e inteirou-se dos actos da Direcção, de quem recebeu sempre os esclarecimentos solicitados.

Apreciou o Relatório de Actividade da Associação relativo ao exercício 2019, que propõe a aplicação dos respectivos Resultados. Apreciou igualmente as demonstrações financeiras que inclui o Balanço e as Demonstrações dos Resultados por Natureza e por funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos.

A sua conclusão é de que os documentos citados apresentam uma exposição adequada da actividade desenvolvida e da situação patrimonial da associação.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer:

- Que sejam aprovados os documentos e prestações de contas do exercício 2019.
- Que seja aprovada a transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido antes de impostos do exercício de 2019, designadamente 55.063,58 € positivos.
- Que seja expresso à Direcção um agradecimento pela colaboração prestada ao Conselho Fiscal.

Zambujeira, 28 de Junho de 2020

O Conselho Fiscal

Rosário Lima Correia
José Luís Calçada Alves



**ZS - Grupo Desportivo, Cultural,
Recreativo e Social de Zambujeira e
Serra do Calvo**

Anexo

26 de junho de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	18
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6	Ativos Intangíveis	21
7	Locações	23
8	Custos de Empréstimos Obtidos	23
9	Inventários	24
10	Rédito	24
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	25
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	25
14	Imposto sobre o Rendimento	25
15	Benefícios dos empregados	26
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	26
17	Outras Informações.....	26
17.1	Investimentos Financeiros	26
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	27
17.3	Clientes e Utentes	27
17.4	Outras contas a receber	28
17.5	Diferimentos	28
17.6	Outros Ativos Financeiros	28
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	29
17.8	Fundos Patrimoniais.....	29
17.9	Fornecedores	29
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	29
17.11	Outras Contas a Pagar.....	30
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	30
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	30
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	30

17.15 Outros rendimentos.....	31
17.16 Outros gastos	31
17.17 Resultados Financeiros.....	31
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	32

1 Identificação da Entidade

A “ZS - Grupo Desp., Cult., Rec. Soc. Zambujeira S. Calvo” é uma instituição privada de solidariedade social (IPSS), com sede em Rua da Liberdade, nº 13 A - Zambujeira - Lourinhã. Tem como finalidade promover e desenvolver atividades de carácter desportivo, cultural, recreativo e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10%
Equipamento básico	20%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	20%
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração

dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

-

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	Saldo Inicial	2018				Saldo final
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00

Bens Imóveis	0,00					
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2018			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2019, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	Saldo inicial	2019				Saldo final
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	2018				Saldo final
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	50 267,12					193 354,08
Equipamento básico	37 556,87					37 556,87
Equipamento de transporte	20 967,54					20 967,54
Equipamento biológico	5 789,99					5 789,99
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	114 581,52	0,00	0,00	0,00	0,00	257 668,48

Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções	38 621,07	10 480,48				49 101,55
Equipamento básico	37 556,85					37 556,85
Equipamento de transporte	20 967,54					20 967,54
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	5 789,99					5 789,99
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	102 935,45	10 480,48	0,00	0,00	0,00	113 415,93

Descrição	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	193 354,08	99 668,68				293 022,76
Equipamento básico	37 556,87					37 556,87
Equipamento de transporte	20 967,54					20 967,54
Equipamento biológico	5 789,99					5 789,99
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	257 668,48	99 668,68	0,00	0,00	0,00	357 337,16
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	48 469,18					48 469,18
Edifícios e outras construções	64 946,75	15 085,12				80 031,87
Equipamento básico	0,00					0,00
Equipamento de transporte	0,00					0,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	113 415,93	15 085,12	0,00	0,00	0,00	128 501,05

Descrição	2019			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras	0,00			0,00

construções					
Equipamento básico	0,00				0,00
Equipamento de transporte	0,00				0,00
Equipamento biológico	0,00				0,00
Equipamento administrativo	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00				0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguintes:

Descrição	2018					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00

Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2019			2018		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total						

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						

Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	20 725,20	0,00	0,00	0,00	20 667,25	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	59 497,17	0,00	0,00	2 705,61	64 446,23	0,00	2 360,68
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	80 222,37	0,00	0,00	2 705,61	85 113,48	0,00	2 360,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				79 736,78			85 458,41
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	21 928,00	21 764,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e Joias	5 911,50	3 970,50
Promoções para captação de recursos	33 529,45	38 262,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	1 993,00	2 467,34
Juros	23,32	23,32
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	63 385,27	66 487,16

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2019, não ocorreram variações relativas a provisões:

Descrição	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00

Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivos contingentes

Não ocorreram movimentos nesta rubrica

Ativos contingentes

Não ocorreram movimentos nesta rubrica

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
	11 921,26	16 274,88
Apoios do Governo		
Total	0,00	0,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2019 e 31/12/2018, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2019				2018			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2019	2018
IRC Liquidado	5002,59	5309,03

Tributação Autónoma		
Total	5002,59	5309,03

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2011 foi de "3" e em 31/12/2009 foi de "3".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	28 960,55	23 659,12
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	5 885,28	4 805,93
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 263,56	1 131,30
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	25,00	0,00
Total	36 134,39	29 596,35

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00

Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	722,89	572,15
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	722,89	572,15

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2019 e 2018, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	280,98	330,60
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	280,98	330,6

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2019	2018
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	9,70
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1122,73	889,76
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1122,73	899,46

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
	994,84	1679,47
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	994,84	1679,47

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2019	2018
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	2 422,88	1 720,33
Depósitos à ordem	102 168,06	129 632,30
Depósitos a prazo	23 000,00	23 000,00
Outros		
Total	127 590,94	154 352,63

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	5 378,91	0,00	0,00	5 378,91
Resultados transitados	148 277,00	63 163,93	0,00	211 440,93
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	62 109,51	0,00	0,00	62 109,51
Total	215 765,42	63 163,93	0,00	278 929,35

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	22 312,45	13 932,90
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	22 312,45	13 932,90

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	5,83	5,83
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 988,51	0,00
Outros Impostos e Taxas	243,73	0,00
Total	6 238,07	5,83
Passivo		

Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	5 002,59	5 399,03
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 374,32	5 920,47
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	337,38	0,00
Segurança Social	710,89	562,75
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	15 425,18	11 882,25

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

Descrição	2019	2018
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	11 921,26	16 274,88
Subsídios de outras entidades	54 818,46	61 688,20
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	66 739,72	77 963,08

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	14 561,10	19 329,35
Materiais	8 240,24	8 206,11
Energia e fluidos	14 285,05	13 181,17
Deslocações, estadas e transportes	3 778,85	1 154,99
Serviços diversos	10 338,64	11 022,38
Total	51 203,88	52 894,00

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	9,98	34,90
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	156,29	640,10
Total	166,27	675,00

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	3 103,58	4 142,63
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Correções de exercícios anteriores	595,70	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	1 267,15	1 676,53
Total	4 966,43	5 819,16

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,66
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,66
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	23,32	23,32
Dividendos obtidos	0,00	0,00

Outros Rendimentos similares		0,00	0,00
	Total	23,32	23,32
Resultados Financeiros		23,32	22,66

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

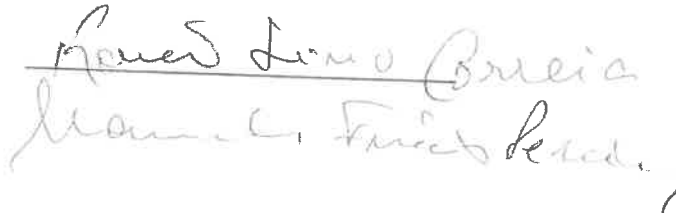
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas em Assembleia Geral em 28 de junho de 2020.

Zambujeira, 28 de junho de 2020.

O Contabilista Certificado



A Direcção



ATAS

Acta número Trinta e Cinco

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Junho, do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se na sede social do ZS - Grupo Desportivo Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, número de identificação fiscal 501.424.300, na Rua da Liberdade nº 13-A, lugar de Zambujeira, freguesia de União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia e concelho de Lourinhã, a reunião da Assembleia convocada pelo seu Presidente da Mesa; de acordo com o disposto nos Estatutos desta Associação, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Apresentação e Aprovação do Relatório de Actividades, Prestação de Contas e Relatório do Parecer Fiscal de 2019. -----

----- 2 - Outros assuntos. -----

-----O Presidente da Mesa, o Senhor José Correia deu por aberta a Sessão, referindo que esta reunião iniciou-se às vinte e uma horas, após os 30 minutos de tolerância de acordo com os Estatutos, estiveram presentes dezassete associados. De seguida, o mesmo procedeu à leitura da convocatória e respectiva Ordem de Trabalhos. -----

-----Passou-se à leitura da acta número trinta e quatro da Assembleia anterior, posta a votação a qual foi aprovada por unanimidade. -----

-----Em seguida iniciou-se o primeiro ponto da ordem de trabalhos: Apresentação e Aprovação do Relatório de Actividades, Prestação de Contas e Relatório do Parecer Fiscal. -----

A Presidente da Direcção, Maria Matos começou por apresentar e explicar, em pormenor, e separadamente cada um dos assuntos indicados no primeiro ponto:

- o Relatório de Actividades de 2019,
- a Prestação de Contas de 2019



ATAS

Folha 49

- e o Relatório do Parecer Fiscal de 2019.

Depois de devidamente apresentados e explicados, e depois de esclarecer alguns presentes, cada um dos assuntos foi colocado para votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade, não se registando votos contra ou abstenções.

Em relação ao último ponto desta Assembleia-Geral: Outros Assuntos, a Presidente da Direcção, Maria Matos, explicou que esta acta vai ser lida no final desta Assembleia e colocada para aprovação, pois a entrega do Relatório Final de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo criado pela Câmara Municipal da Lourinhã termina a quinze de Julho de 2020 e um dos requisitos é a cópia desta acta e a sua respectiva aprovação.

Assim, passou-se à leitura desta acta número trinta e cinco, a qual depois foi posta a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

-----E nada mais havendo a tratar, foi dada como encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas, da qual, para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, Octávio Perluxo, Segundo Secretário desta Mesa, subscrevo, bem como o Senhor José Correia, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a Primeira Secretária da Mesa, D. Maria Berta Gonçalves não assina porque esteve ausente nesta Assembleia.

O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA,



O PRESIDENTE DA MESA,

